

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Arganil

<input type="checkbox"/>	_____ deferido
<input type="checkbox"/>	Realize-se a vistoria
Data ____ / ____ / ____	
O Presidente da Câmara Municipal	

Registo n° _____
Processo n° _____
Data ____ / ____ / ____
O Funcionário _____

**Alteração de Utilização**

**Requerente:**

<b>Nome:</b>						
<b>Morada:</b>						
<b>Freguesia:</b>				<b>Código Postal:</b>	-	
<b>NIF:</b>			<b>Telemóvel:</b>			
<b>Email:</b>						
<b>Na Qualidade de</b>	<b>Proprietário</b>	<b>Usufrutuário</b>	<b>Locatário</b>	<b>Superficiário</b>	<b>Outro</b>	
	<input type="checkbox"/>					

**Pretensão:**

Em conformidade com o estabelecido no artigo 62º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, e ulteriores alterações (RJUE), e nº26 da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril.

**Vem requerer a V. Exa. a alteração de utilização para o edifício/fração a seguir identificado:**

<b>Utilização anterior</b>		<b>Utilização pretendida</b>	
----------------------------	--	------------------------------	--

Em conformidade com o estabelecido nos diplomas anteriores, solicita ainda a emissão do respetivo alvará, após o deferimento do respetivo pedido de autorização de utilização ou Alteração de Utilização.

**Prédio**

<b>Morada</b>		<b>Freguesia</b>	
<b>Fração</b>			

**Antecedentes**

**Processo de obras n° \_\_\_\_ / \_\_\_\_**

**Alvará de obras n° \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Alvará de Utilização n° \_\_\_\_ / \_\_\_\_**

**Pede deferimento:**

<b>Assinatura:</b>		<b>Data:</b>	__ / __ / ____
--------------------	--	--------------	----------------

**Notas:**

O funcionário de Atendimento:		<b>Data:</b>	__ / __ / ____
-------------------------------	--	--------------	----------------

**Lista de Documentos:**

**(n.º 26 da Portaria n.º 113/2015 de 22 de abril)**

- Documento comprovativo da qualidade de Titular de qualquer direito que confira a faculdade de apresentação do pedido;
- Certidão da Descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatoria do Registo Predial referente ao prédio ou prédios abrangidos;
- Termo de responsabilidade subscrita pelo diretor da obra ou do diretor de fiscalização da obra, nos termos do n.º 1 do artigo 63.º do RJUE e, ainda, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1.2 e 2.2 do anexo à Portaria n.º 349 -C/2013, de 2 de dezembro;
- Declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis mencionados nas alíneas anteriores, emitida pela respetiva ordem profissional, nos termos na alínea c) do n.º 1.2 e 2.2 do anexo à Portaria n.º 349 -C/2013 de 2 de dezembro;
- Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos de regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de Projetos, pela fiscalização e pela direção da obra, caso o requerente queira fazer uso da faculdade concedida pelo n.º 3 do artigo 64.º do RJUE;.
- Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos de regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, relativo à conformidade da obra com o projeto acústico;
- Telas finais;
- Cópia do título da operação urbanística ao abrigo da qual foram realizadas as obras;
- Termo de responsabilidade subscrito por pessoa legalmente habilitada a ser autor de projeto, nos termos de regime jurídico que define a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projetos, relativo à conformidade da utilização prevista com as normas legais e regulamentares que fixam os usos e utilizações admissíveis, bem como à idoneidade do edifício ou sua fração autónoma para o fim pretendido;
- Cópia da notificação da câmara municipal a comunicar a aprovação de um pedido de informação prévia, quando esta existir e estiver em vigor, ou indicação do respetivo procedimento administrativo, acompanhado de declaração dos autores e coordenador os projetos de que aquela respeita os limites constantes da informação prévia favorável, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 17.º do RJUE;

O Município de Arganil cumpre o Regulamento Geral de Proteção de Dados no que concerne à recolha e tratamento dos mesmos. Os dados recolhidos destinam-se exclusivamente à tramitação do presente pedido. Para mais informações contate [dpo@cm-arganil.pt](mailto:dpo@cm-arganil.pt)

**Assinatura**

**Data:** \_\_\_\_\_